PROJETO CURATORIAL DE PAULO MENDES

CIDADANIA E DEMOCRACIA
NOS 50 ANOS
DO PROVEDOR DE JUSTIÇA

OS TEUS DIREITOS, A TUA VOZ!

SECÇÃO

01

TÍTULO

MEMÓRIA DESCRITIVA DE UMA EXPOSIÇÃO E DE UM ARQUIVO COLECTIVO EM CONSTRUÇÃO

AUTOR PAULO MENDES CURADOR

A exposição desenvolve-se programaticamente ao longo de três espaços.

No piso de entrada, depois de se ultrapassar as grandes escadarias, no lado oposto do edifício, na Biblioteca, onde se introduz o contexto histórico, invocando o passado e o presente, revelando a Cronologia da Provedoria de Justiça em simultâneo com a apresentação de documentos originais, objetos e fotografias relacionadas com as origens e memórias do Palácio Vilalva, reconstruído no século XIX por José Maria Eugénio de Almeida, actual sede da Provedoria de Justiça.

Regressando à grande escadaria que divide arquitectonicamente de forma simétrica o Palácio Vilalva, é no piso superior, o piso nobre, que nos seus dois Salões principais a exposição acontece. Subindo a escadaria e defrontando-se com uma extensa Estante-Arquivo, que nas suas cinquenta divisões evoca os cinquenta anos de trabalho realizado pelas sucessivas equipas da Provedoria de Justiça, o visitante pode optar por se dirigir para a sala da esquerda ou da direita.

No Salão das Abelhas e no Salão das Rosas, são apresentadas-descritas cerca de cinquenta intervenções do Provedor entre os milhares de processos que repousam nos seus arquivos.

Esses casos foram agrupados de acordo com determinadas perspectivas que são explicitadas em textos introdutórios, dando posteriormente origem aos sete núcleos expositivos – Respeitar, Proteger, Defender, Garantir, Promover, Equilibrar, Apoiar – que estão distribuídos pelas duas salas.

Os casos apresentados são descritos de forma sucinta e estão alicerçados em informação e documentação, recorrendo-se, quando possível, aos meios de comunicação social como forma de contextualizar cronologicamente os diversos assuntos em que existiu a intervenção do Provedor.

O trabalho da Provedoria de Justiça é apresentado de forma serial e sistematizada ao longo da área envolvente do percurso expositivo – exercício de observação nos bastidores – enquanto no trajecto interior da estrutura cenográfica, a precariedade das paredes-tapumes revela-nos um conjunto de obras de arte que coexistem com outros materiais documentais, materializando uma realidade quotidiana dinâmica, orgânica, metafórica e disruptiva.

* O autor escreve segundo o antigo Acordo Ortográfico.

ESTRUTURA ORGANIZATIVA DA EXPOSIÇÃO

NÚCLEOS
B | C | G

SALÃO DAS ABELHAS

[B] RESPEITAR

B1 IGUALDADE DE DIREITOS
[1999] Reconhecimento de estrangeiros como deficientes das Forças Armadas
[2001] Acesso ao SNS por estrangeiros
[2012] Acesso ao Rendimento Social de Inserção

B2 LIBERDADE RELIGIOSA
[1999] Neutralidade religiosa em escola pública

B3 NÃO DISCRIMINAÇÃO
[1991] Discriminação de género no trabalho
[2012] VIH e acesso a carreiras públicas

B4 PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE
[1996] As Nossas Prisões
[1996] Proteção de pessoas especialmente em risco
[2017] Detenção em contexto migratório
[2024] Condições de apresentação a autoridade judiciária

[G] DEFENDER

G1 ACESSO À JUSTIÇA
[1990] Apresentação a juiz após detenção
[2004] Prisão preventiva

G2 LIBERDADE DE MANIFESTAÇÃO
[1994] Acompanhamento de manifestações estudantis

G3 PROPORCIONALIDADE
[2010] Utilização de taser em meio prisional

G4 LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO
[1985] Limitação da liberdade sindical de polícias

G5 SUFRÁGIO
[1980] Neutralidade da RTP em campanha eleitoral
[2004] Candidatura por grupos de cidadãos eleitores

G6 PROTEÇÃO DA VIDA PRIVADA
[1987] Informática e proteção de dados

[C] PROTEGER

C1 VIDA DIGNA
[2013] Tarifa Social da Água
[2015] Revisão do Programa Especial de Realojamento

C2 ACESSO AOS SERVIÇOS PÚBLICOS
[2018] Acesso telefónico aos serviços públicos

C3 CONSUMIDORES
[1999] Serviços de valor acrescentado

[2011] Proteção no jogo de sorte ou azar

C4 TRABALHADORES

[2006] Recrutamento para funções públicas
[2012] Combate ao trabalho precário
[2013] Proteção social no desemprego
[2016] Reposição de remunerações indevidamente pagas

NÚCLEOS
A | D | E | F

SALÃO DAS ROSAS

[D] EQUILIBRAR

D1 JUSTIÇA FISCAL

[2008] Tributação de rendimentos pagos com atraso
[2016] Coimas automáticas na cessação de atividade

D2 DIREITO DE PROPRIEDADE

[2000] Boa-fé na expropriação
[2006] Cativação de solos para fins de utilidade pública

[E] PROMOVER

E1 CIDADANIA EUROPEIA

[2019] Pensões no espaço europeu

E2 SER CIDADÃO

[1991] Direito a nome e nacionalidade
[2017] Cartão de Cidadão para pessoas sem morada certa

[F] GARANTIR

F1 DIREITOS EM SITUAÇÃO DE PANDEMIA

[2020] Assistência familiar no nascimento e na morte
[2020] Moratória no crédito bancário
[2021] Reembolso de bilhetes aéreos não utilizados

F2 PARTICIPAÇÃO

[1999] Participação no planeamento de transporte público

F3 RESPONSABILIZAÇÃO DO ESTADO

[1977] Garantias para bombeiros acidentados em serviço
[2017] Incêndios de 2017: indemnização de vítimas e familiares

F4 AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

[2003] Usos não agrícolas da Reserva Agrícola Nacional
[2003] Luz natural nas edificações
[2018] Exploração de pedreira

[A] APOIAR

A1 IDOSOS

[2018] Atrasos na reforma: Pensão na Hora

A2 CRIANÇAS E JOVENS

[1997] Prevenção do abandono e reforço do registo civil
[2015] Atribuição de vaga escolar: a “residência efetiva”

A3	**PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**
[1994]	Benefícios fiscais para aquisição de automóvel
[2018]	Educação inclusiva
[2020]	Atraso na emissão de Atestado Médico de Incapacidade Multiuso
A4	**VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA**
[2025]	Transferência de local de trabalho
A5	**VIDA FAMILIAR**
[1989]	Relevância da união de facto no arrendamento
[1999]	Expulsão de estrangeiros com filhos menores portugueses
[2009]	Proteção na maternidade e prestações de desemprego
[2013]	Tributação de pessoas em união de facto
A6	**PROTEÇÃO DA SAÚDE**
[1978]	Linha de Emergência Médica (115)
[2015]	Medidas de contenção em psiquiatria

SECÇÃO

02

TÍTULO

OS NOSSOS DIREITOS!

AUTOR LUÍSA NETO PROVEDORA DE JUSTIÇA

A criação do Provedor de Justiça em Portugal ocorreu poucos meses após a Revolução de Abril de 1974, antecedendo a aprovação da Constituição da República Portuguesa. Nos primeiros momentos da democracia em Portugal, esta instituição assumiu um papel central na consolidação do então nascente Estado de Direito, com a preocupação de proteger e dar voz aos cidadãos perante o exercício dos poderes públicos. Ao longo dos seus cinquenta anos de existência, o Provedor de Justiça tem prosseguido essa missão de forma independente, afirmando a sua natureza singular no sistema constitucional português. Perante contextos sociais, económicos e políticos variados e face a desafios sucessivamente mais complexos, manteve uma presença continua na proteção dos direitos e liberdades fundamentais.

Num período marcado por um crescente descrédito nos nexos democráticos de representação e legitimidade e por uma acentuada fragmentação social, as comemorações do cinquentenário da instituição pretendem dar a conhecer ao público o trabalho e a missão do Provedor de Justiça e promover uma maior proximidade entre a instituição e os cidadãos. É neste contexto de literacia para o Direito e para os direitos que se apresenta uma exposição documental destinada a ilustrar a relevância da atuação deste órgão do Estado na defesa dos cidadãos.

Através de histórias reais e de casos concretos, alguns de interesse geral notório, outros porventura menos visíveis, mas nem por isso menos determinantes, a exposição percorre diferentes problemáticas sociais, intervenções de natureza sistémica e períodos de mudança de paradigma. Recupera alguns dos principais momentos da atuação do Provedor e evidencia o papel – evidente ou discreto – que desempenhou na construção de soluções justas e equitativas, bem como na consolidação e densificação da previsão normativa de determinados direitos e liberdades fundamentais.

A atuação plural, informal e diversificada do Provedor de Justiça concretizou-se, no decorrer dos anos, através de recomendações dirigidas aos poderes públicos, de pedidos de fiscalização da constitucionalidade, muitas vezes acolhidos pelo Tribunal Constitucional, de emissão de pareceres solicitados pela Assembleia da República, mas também em atos informais de mediação e persuasão, entre inúmeras outras formas de intervenção.

Ao longo das cinco décadas, o Provedor esteve permanentemente ao serviço do cidadão, no centro do espaço cívico. Foi, por vezes, pioneiro ao trazer certas temáticas para o debate público, dando voz a quem precisava, incluindo os mais vulneráveis, e noutras ocasiões posicionando-se de modo imparcial em debates já existentes de acordo com as exigências de justiça e de legalidade.

As diferentes funções que hoje integram a atuação da instituição correspondem a diferentes dimensões da mesma missão e que convergem para o mesmo fim, uma maior proteção dos cidadãos. Como *Ombudsperson*, acolhe e atua sobre as queixas dos cidadãos em relação às deficiências de atuação ou omissão da Administração Pública, como *Instituição Nacional de Direitos Humanos* contribui para a monitorização multinível da atuação dos poderes públicos, garantindo uma visão transversal dos direitos fundamentais e assegurando a promoção dos direitos humanos a nível nacional, e como *Mecanismo Nacional de Prevenção*, contribui enfaticamente para a prevenção da tortura e maus tratos, nomeadamente em contexto de privação de liberdade.

A 9 de junho de 1976, o Provedor de Justiça abriu oficialmente ao público o seu atendimento. Desde então, essa porta nunca mais se fechou. Nem mesmo em tempos excecionais, como foram os tempos pandémicos, este manteve-se ativo, em funcionamento, sempre disponível e sobretudo atento e pronto a atuar.

Hoje, esta iniciativa pretende ir mais longe e abrir ao público, não apenas as portas da instituição, mas também a sua história, o seu trabalho e o espaço em que se encontra. Desde 2023, a Provedoria de Justiça está sediada no Palácio Vilalva, um espaço nobre do Estado com uma vasta história, cuja abertura ao público constitui uma forma de permitir o gozo e fruição pública do mesmo.

A exposição incorpora uma seleção de objetos e de obras de arte contemporânea, realizada pelo curador Paulo Mendes, que interpreta a realidade social e a vida quotidiana nestes cinquenta anos. Em diálogo com o conteúdo documental da exposição, a reflexão artística e cultural sobre as temáticas sociais, completa e valoriza a compreensão desta instituição e da sua missão constitucional.

Comemorar consigo os cinquenta anos do Provedor de Justiça é por isso, recordar um percurso histórico de cidadania e democracia, mas também reafirmar um compromisso com o futuro e com a confiança dos cidadãos.

SECÇÃO

03

TÍTULO

A NOSSA VOZ!

AUTOR PAULO MENDES CURADOR

O Provedor de Justiça é um dos pilares fundamentais do sistema democrático e do direito à justiça pelos cidadãos, dando continuidade à figura do *Ombudsman*, o representante independente do povo, que surgiu na Suécia em 1809.

Num país em que o poder judicial era controlado pelo regime ditatorial, a Revolução de 25 de Abril de 1974, proporcionou uma necessária reforma do sistema judiciário em Portugal. A proposta de Mário Raposo, membro das comissões para a Reforma da Justiça, é acolhida por Salgado Zenha no seu Plano para a Justiça aprovado pelo II Governo Provisório em Setembro de 1974, é concretizada a 21 de Abril de 1975, com a criação do Provedor de Justiça e a nomeação do primeiro Provedor em Dezembro desse ano, um militar de Abril, o tenente-coronel Manuel da Costa Braz.

Em 2026 dá-se continuidade à celebração dos 50 anos de actividade na defesa dos direitos fundamentais através de uma exposição-instalação que pretende revelar ao visitante-cidadão o trabalho, muitas vezes invisível, laboriosamente desenvolvido e determinante para alterações substanciais da qualidade de vida, de mudanças de comportamentos e vivência na sociedade portuguesa.

OS TEUS DIREITOS, A TUA VOZ! é uma exposição sobre o nosso presente histórico. Sobre camadas temporais da história. Numa contemporaneidade sem memória, mais fundamental se torna reafirmá-la perante a sociedade e as novas gerações. Não existe humanidade sem história, sem memória.

A anestesia colectiva programada dos neurónios, a atomização dos cidadãos, retira-nos a força colectiva de comunidade e consequentemente a capacidade de indignação e reivindicação. Estão a subtrair a nossa possibilidade de ter VOZ!

Numa exposição com estas características, o material documental – seja ele fotografias, vídeos, objectos de época, jornais, revistas, livros, recortes de imprensa ou outros documentos originais – funciona como um elo de ligação com a realidade quotidiana. Os textos documentais da Provedoria, que resultam dos processos, fornecem factos e criam uma narrativa sobre os diferentes casos que estão serialmente sistematizados em sete núcleos expositivos, nas duas salas do andar superior, estando a sala da Biblioteca reservada para a contextualização histórica do Palácio e da instituição que agora alberga, uma cronologia das cinco décadas da Provedoria de Justiça.

Ao percorrer-performar o espaço expositivo o público vai-se cruzar com o trabalho realizado pela Provedoria e paralelamente com a realidade de um país contextualizado por documentação das diferentes épocas, em diálogo com outros patrimónios históricos e obras de arte contemporâneas. Apresentadas, num arco transtemporal e transgeracional, da década de 1960 ao tempo presente, as obras relacionam-se de forma aparente e posicional com os temas dos diferentes núcleos, mantendo a sua autonomia subjectiva, a sua polifonia de sentido, escapando à ilustração, num permanente curto-circuito entre os diferentes níveis de leitura que cada visitante-cidadão pode extrair na sua deriva expositiva. Os trabalhos artísticos, provenientes de colecções públicas e privadas convidadas a colaborar neste projecto expositivo, refletem os contextos de um tempo português, as pequenas histórias que constroem a grande história, que materializam a memória colectiva social e política.

OS TEUS DIREITOS, A TUA VOZ! é uma exposição-instalação iconoclasta, qualidade que a Arte deve sempre reivindicar. Cada obra, cada exposição, cada criação teatral, fílmica, coreográfica, literária, é uma afirmação política. A Arte é um testemunho, uma leitura crítica do contexto social e político em que se inscreve, criando a arqueologia do futuro. Um discurso visual-escrito com um vocabulário de imagens e formas.

Concebo as exposições enquanto estruturas instáveis. Em permanente mutação. Continuamente reconfiguráveis. Apresentam múltiplas significações. Tensões. Intensidades. Numa sociedade normativa e uniformizadora a criação contemporânea deve apresentar-se como uma reprodução da organicidade da vida, da sua permanente metamorfose, que acontece através da circulação pelo espaço expositivo, enquanto visitante-espectador performer.

Uma exposição é uma máquina de pensamento para exercitar o cérebro, não para descansar os olhos.

Os artistas, os curadores, criam projectos que envolvem processos de investigação e uma utilização crítica do material documental. Essa prática cartográfica resulta numerosas vezes em montagens *site-specific*, envolvendo uma implicação do participante, do espectador.

No confronto com a realidade, as questões processuais tornam-se pois fundamentais. É nessa fase de pesquisa e de procura de documentação que o trabalho vai tomando forma. O significado das coisas acontece ou é transmitido a partir do caos processual e uma nova experiência nunca é um falhanço mas mais uma configuração possível de entendermos como funciona a realidade.

Pensar as exposições como processos de dissidência através da leitura disruptiva dos espaços arquitectónicos, contrariando a sua funcionalidade tradicional enquanto estrutura arquitectónica de poder. Simbologia institucional. Introduzindo nesse "corpo arquitectónico" uma fragilidade que se relaciona com a vulnerabilidade da vida dos cidadãos no seu quotidiano, assumindo um novo e resistente modo de apresentar e de estar presente.

A arquitectura não é inocente.

O edifício, conhecido hoje como Palácio Vilalva, definia os limites da cidade no século XVIII, então com a designação de Palácio dos Larres, era o palácio do Provedor dos Armazéns. Em 1858, José Maria Eugénio de Almeida comprou esse palácio em ruínas e encomendou a reedificação, prolongada e refinada, ao arquitecto francês Jean Colson. O Palácio Vilalva, que representou o poder privado, económico e político no século XIX, é agora a sede de uma instituição pública, criada pelo poder do Estado, na sequência da Revolução de 25 de Abril de 1974, para representar o Povo.

A simetria arquitectónica do Palácio Vilalva é desconstruída pela assimetria da arquitectura-cenografia concebida como receptáculo das obras e da documentação expostas. A documentação-informação da Provedoria de Justiça apresenta-se numa construção métrica rigorosa, inversamente o percurso interior dos núcleos é irregular. A sua superfície rude – à semelhança de tapumes provisórios – sinaliza uma realidade precária e fragmentada, um arquivo colectivo crítico, exposto através das obras de arte.

O dispositivo cenográfico, na sua dimensão multissensorial – imagem, som, iluminação – funciona como um espaço de centro e periferia, público e privado, um registo necessariamente incompleto, uma possibilidade da representatividade do povo fora de campo.

Diante da rasura da memória, as paredes-tapume ocupadas temporariamente são a metáfora, o testemunho do real, da urgência do protesto.

Aos artistas compete observar – à Provedoria compete agir. A subjetividade das obras. A objetividade das leis. A incompletude de ambos os processos.

A Provedoria fiscaliza injustiças e violações de direitos fundamentais, antecipa acontecimentos questionando a imobilidade das estruturas sociais e das organizações políticas. O que revelam. O que dizem as ausências. O direito à indignação por parte do cidadão. Perder a linguagem é perder a razão.

A cenografia como espaço abstrato. Como palco. Um teatro social. Exposição como espaço do trabalho de Memória. De ressonâncias. De políticas. Zonas de realidade (re)inventada.

Não existe uma história linear, mas várias histórias que se desenvolvem simultaneamente. A narrativa clássica explodiu numa pluralidade de micro-narrativas – estamos perante uma realidade estilhaçada, um *cadavre exquis* de escritas múltiplas.

A exposição é uma operação de ampliação da realidade. Do macro para o micro. Do real para o particular. Cada caso relevante é um processo de longa duração. Que se inscreve numa temporalidade cumulativa. Tentando proteger. Tentando dar voz ao cidadão. Uma atividade de saber e de experiência, de recomendações, de transformação das leis que nos regem.

Celebrar os 50 anos do Provedor de Justiça em diálogo com a criação contemporânea é também um acto arrojado da instituição, de aproximação a uma realidade outra.

O cruzamento entre a prática da Provedoria e o sismógrafo social, que as obras de arte e registos documentais enunciam, proporciona uma "invasão" do espaço institucional, torna-a mais permeável à contaminação do real, aproximando-a do cidadão comum.

Inquietação. Esperemos que não seja demasiado tarde.

No instante em que a verdade da mentira se banaliza e dissemina, os populismos e patriotismos bafientos (re)emergem, difundidos e legitimados pelas tecnocracias dos novos oligarcas, é capital celebrar e relembrar as instituições que defendem o Estado de Direito e os valores que o povo português conquistou em Abril de 1974, a DEMOCRACIA e a LIBERDADE.

À pergunta: que tipo de exposição é esta? Respondo que não me interessam rótulos, catalogações. Respondo com as contingências e as imprecisões da vida vivida, um campo aberto à discussão crítica (ausente) do tempo presente. A imprecisão não é um defeito a corrigir, mas o modo próprio como a experiência acontece. A impossibilidade de uma totalidade: um efémero fragmento do real. Uma exposição é um palco de ficção e o público é o performer (a)político, agente activo-passivo na construção da sua realidade.

O estudo da história é uma confrontação crítica e subjectiva, questionar o passado para melhor compreender o presente. É necessário produzir um discurso disruptivo por cima das ruínas contemporâneas, e das catastróficas ressonâncias da produção capitalista nas estruturas sociais, políticas e económicas, provocar a acção do pensamento sobre uma realidade que exige a utilização de dispositivos e estratégias de combate contra a colectiva impotência política, que provoque o abandono da nossa condição de zombies.

A Arte é um acto de resistência _____

Este projecto curatorial é o exercício de uma actividade crítica imersa na história, uma reflexão subjectiva em forma de ensaio expositivo, num diálogo com a instituição que defende a nossa VOZ!

SECÇÃO

04

TÍTULO

CRONOLOGIA

1971

José Magalhães Godinho publica artigo em que defende a criação de um conselho nacional de defesa dos direitos e liberdades fundamentais da pessoa humana, podendo verificar a eficácia das normas constitucionais e legais, receber queixas e "promover entendimentos com o Governo e os organismos públicos", para proteção dos direitos.

1972

1972/11/15 • No I Congresso Nacional dos Advogados, Vasco da Gama Fernandes defende a instituição do *Ombudsman* em Portugal. Esta proposta é acolhida nas conclusões, elaboradas por Mário Raposo.

1973

1973/04/04 • No III Congresso da Oposição Democrática, em Aveiro, Vasco da Gama Fernandes reitera a sua proposta de criação do Ombudsman.

1974

1974/06/18 • Publicação do Decreto-Lei n.º 261/74, criando comissões para a Reforma da Justiça. A comissão geral acolhe proposta de Mário Raposo, vogal da comissão do Supremo Tribunal de Justiça e da Auditoria Administrativa de Lisboa, para criação do Ombudsman. A este caberá lutar contra a passividade da Administração no cumprimento de obrigações legais, estabelecer maior lealdade na atuação perante os cidadãos, livrando-os das "consequências das demoras dos serviços administrativos".

1974/09/20 • O II Governo Provisório (ministro Salgado Zenha) aprova o Plano para a Justiça, prevendo a criação do Ombudsman, quer para fiscalização imediata de casos concretos, quer para preparação de reformas (identificando-se como exemplos, as prisões, as polícias e o combate à corrupção).

1975

1975/04/21 • Publicação do Decreto-Lei n.º 212/75, que cria o Provedor de Justiça. Este diploma resulta de estudo de Direito Comparado elaborado na Procuradoria-Geral da República, por Alberto Sampaio da Nóvoa.

1975/08/26 • Aprovação pela Assembleia Constituinte do texto provisório do futuro art.º 24.º, sobre o Provedor de Justiça. Na sua base estão os projetos do PS, do PPD e do CDS, que respetivamente o nomeiam como defensor do cidadão, comissário parlamentar dos interesses dos cidadãos e, proposta que vingou, provedor de justiça.

1975/12/31 • Publicação do Despacho do Presidente da República, nomeando como primeiro Provedor de Justiça o Tenente-Coronel Manuel da Costa Braz, militar de Abril.

1976

1976/01/18 • O Provedor nomeado e o Dr. Alberto Sampaio da Nóvoa, futuro primeiro coordenador do serviço, visitam as instituições homólogas da Dinamarca e França.

1976/02/11 • Publicação do Decreto-Lei n.º 120/76, prevendo que o Provedor possa dar parecer a pedido do Presidente da República, Conselho da Revolução ou Governo. Prevê a possibilidade de ser pedida ao Ministério Público a realização de diligências, confere-se ao Provedor o direito de fazer publicar notas oficiosas e estabelece-se que a Administração deve prestar as informações pedidas com a maior urgência possível.

1976/03/15 • O Decreto-Lei n.º 189-A/76 cria o Serviço do Provedor de Justiça, hoje designado como Provedoria de Justiça.

1976/03/17 • Tomada de posse do Provedor Manuel da Costa Braz

1976/04/02 • Aprovação da Constituição

1976/06/09 • Inauguração do Serviço do Provedor de Justiça na Avenida 5 de Outubro, 38, em Lisboa

1976/07/23 • Renúncia do Provedor Manuel da Costa Braz

1976/10/12 • Eleição do primeiro Provedor constitucional pela Assembleia da República

1976/11/05 • O Decreto-Lei n.º 794-A/76 adapta o regime jurídico do Provedor de Justiça à Constituição, designadamente quanto ao modo de eleição.

1976/11/12 • Tomada de posse do Provedor José de Magalhães Godinho

1977

1977/11/22 • A Lei n.º 81/77 aprova o novo Estatuto do Provedor de Justiça

1977/12/13 • O Estatuto dos Magistrados Judiciais (Lei 85/77) integra o Provedor de Justiça como membro do Conselho Superior da Magistratura, o que perdurará até 1985

1978

1978/03/02 • A Lei n.º 10/78 aprova a Lei Orgânica do Serviço do Provedor de Justiça

1978/10/06 • A Lei 64/78 confere ao Provedor de Justiça legitimidade para requerer a extinção de organizações fascistas.

1981

1981/02/03 • Tomada de posse do Provedor Eudoro Pamplona Corte-Real

1982

1982/09/30 • A 1.ª Revisão Constitucional exige maioria qualificada para a eleição do Provedor, dando-lhe assento no Conselho de Estado e conferindo competência genérica para requerer a verificação da inconstitucionalidade por omissão.

1982/12/11 • A Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas (Lei n.º 29/82) estabelece restrições ao direito de queixa por militares no ativo, exigindo o esgotamento da via hierárquica e excluindo de apreciação a matéria operacional ou classificada.

1985

1985/05/16 • Tomada de posse do Provedor Ângelo de Almeida Ribeiro

1985/10/25 • O Decreto-Lei n.º 446/85 (Cláusulas Contratuais Gerais) confere legitimidade ao Provedor para solicitar ao Ministério Público a propositura de ação neste âmbito

1986

1986/09/30 • Lei do estado de sítio e estado de emergência (Lei 44/86): Mantém-se em sessão permanente, com vista ao pleno exercício das suas competências de defesa da legalidade democrática e dos direitos dos cidadãos, o Serviço do Provedor de Justiça.

1987

1987/07/16 • A Lei n.º 34/87 criminaliza a coação e recusa de cooperação para com o Provedor por parte de titulares de cargos políticos.

1989

1989/09/08 • A 2.ª Revisão Constitucional consagra o dever de cooperação com o Provedor de Justiça.

1990

1990/06/05 • Tomada de posse do Provedor Mário Raposo

1991

1991/04/09 • Atual Estatuto do Provedor de Justiça (Lei n.º 9/91)

1991/12/18 • Renúncia do Provedor Mário Raposo

1992

1992/02/04 • Tomada de posse do Provedor José Menéres Pimentel

1992/05/12 • A Lei n.º 7/92 integra pessoa designada pelo Provedor na Comissão Nacional de Objeção de Consciência

1992/12/14 • Início do funcionamento na Rua Pau de Bandeira, 9, em Lisboa

1993

1993/08/11 • Lei Orgânica da Provedoria de Justiça (Decreto-Lei n.º 279/93)

1993/10/18 • Início do funcionamento da Linha Recados da Criança

1995

1995/07/13 • A Lei 19/95 estabelece o regime de queixa ao provedor de Justiça em matéria de defesa nacional e Forças Armadas

1996

1996/07/26 • Inauguração das instalações em Angra do Heroísmo: abertura da extensão na Região Autónoma dos Açores

1996/08/14 • Lei n.º 30/96: em alteração ao Estatuto do Provedor de Justiça, prevê-se que o âmbito de atuação possa incidir em relações entre particulares que impliquem uma especial relação de domínio, no âmbito da proteção de direitos, liberdades e garantias.

1998

1998/04/18 • Decreto-Lei n.º 98/98: integra pessoa designada pelo Provedor na hoje denominada Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens.

1999

1999/12/30 • Acreditação pela Aliança Global de Instituições Nacionais de Direitos Humanos, com estatuto A, como Instituição Nacional de Direitos Humanos

1999/07/15 • Início de funcionamento da Linha do Cidadão Idoso

2000

2000/02/22 • Inauguração das instalações no Funchal: abertura da extensão na Região Autónoma da Madeira

2000/06/09 • Tomada de posse do Provedor Henrique Nascimento Rodrigues

2001

2001/06/27 • Decreto-Lei n.º 195/2001: consagradas na lei as extensões nas Regiões Autónomas.

2009

2009/06/03 • Renúncia do Provedor Henrique Nascimento Rodrigues

2009/07/15 • Tomada de posse do Provedor Alfredo José de Sousa

2010

2010/10/08 • Resolução do Conselho de Ministros n.º 27/2010: previsão da participação de representante do Provedor, enquanto INDH, na Comissão Nacional para os Direitos Humanos

2011

2011/06/01 • Encerramento das instalações anteriores nas Regiões Autónomas, passando a ser usadas instalações cedidas pelo respetivo Representante da República

2013

2013/01/10 • Lei n.º 2/2013: legitimidade para impugnar atos e regulamentos de associações públicas profissionais

2013/02/18 • Lei n.º 17/2013, alterando o Estatuto do Provedor de Justiça: previsão legal das funções de mecanismo de monitorização e de INDH, possibilidade de especialização de um provedor-adjunto nos direitos das crianças e explicitação, no âmbito de atuação, “das entidades administrativas independentes, das associações públicas, designadamente das ordens profissionais, das entidades privadas que exercem poderes públicos ou que prestem serviços de interesse geral.”

2013/04/22 • Início de funcionamento da Linha do Cidadão com Deficiência

	2013/05/20 • Resolução do Conselho de Ministros n.º 32/2013: designação como Mecanismo Nacional de Prevenção, no quadro do Protocolo Facultativo da Convenção das Nações Unidas contra a Tortura.
	2013/07/31 • Tomada de posse do Provedor José de Faria Costa
2014	2014/11/21 • Resolução do Conselho de Ministros n.º 68/2014: primeira previsão de representante do Provedor no Mecanismo nacional de monitorização da implementação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência
2017	2017/11/02 • Tomada de posse da Provedora Maria Lúcia Amaral
2019	2019/09/02 • Lei n.º 71/2019: consagração legal de representante do Provedor no Mecanismo nacional de monitorização da implementação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.
2021	2021/10/06 • Atual Lei Orgânica da Provedoria de Justiça (Decreto-Lei n.º 80/2021)
2023	2023/11/15 • Início do funcionamento no Palácio Vilalva
2025	2025/06/04 • Renúncia da Provedora Maria Lúcia Amaral
2026	2026/07/15 • Tomada de posse da Provedora Luísa Neto

SECÇÃO

05

TÍTULO

LEGENDAS DA DOCUMENTAÇÃO E DAS OBRAS EXPOSTAS

SALÃO DAS ABELHAS

PROVEDORIA DE JUSTIÇA: DOCUMENTAÇÃO

[B] RESPEITAR

B1 IGUALDADE DE DIREITOS

[1999]
RECONHECIMENTO DE ESTRANGEIROS COMO DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS

- Capa do Processo n.º R-2825/99, *Provedoria de Justiça*, 1999.

B2 LIBERDADE RELIGIOSA

[1999]
NEUTRALIDADE RELIGIOSA EM ESCOLA PÚBLICA

- João Bénard da Costa, «A cruz e o trapézio», *Público*, 04 de dezembro de 2005, pág. 14.
- Vital Moreira, «A escola e a religião», *Público*, 06 de dezembro de 2005, pág. 5.
- Eduardo Prado Coelho, «Os perturbantes crucifixos», *Público*, 06 de dezembro de 2005, pág. 5.

B3 NÃO DISCRIMINAÇÃO

- Nogueira Gil, «Câmara de Ponte de Lima insiste na expulsão de ciganos», *Público*, 19 de maio de 1993, pág. 20.
- Artigo sem assinatura, «Demolição ilegal», *Diário de Notícias*, 26 de setembro de 1996, pág. 38.
- Paulo Sousa, «Rendimento mínimo será alargado a Cabanelas e Oleiros», *Diário de Notícias*, 26 de setembro de 1996, pág. 38.

[1991]
DISCRIMINAÇÃO DE GÉNERO NO TRABALHO

- Marina Ramos, «Mulheres pela igualdade: a luta continua no BCP», *Público*, 12 de setembro de 1991, pág. 19.

PAINEL DOCUMENTAL #1

- Miguel Curado, «Surto de varicela no aeroporto», *Correio da Manhã*, 26 de outubro de 2017, pág. 22.
- Capa, *Público*, 22 de julho de 2018.
- Joana Gorjão Henriques, «SEF detém crianças requerentes de asilo contra regras da ONU», *Público*, 22 de julho de 2018, págs. 2 e 3.

B4 PESSOAS PRIVADAS DA LIBERDADE

[1996]
AS NOSSAS PRISÕES

- Céu Neves, «Condições "sub-humanas" nas cadeias», *Diário de Notícias*, 12 de junho de 1996, pág. 24.
- Luís Pedro Cabral, «Provedor de Cabeça», *O Independente*, 14 de junho de 1996, pág. 7.

[2017]
DETENÇÃO EM CONTEXTO MIGRATÓRIO

- Joana Gorjão Henriques, «Centros são o *no man's land* contemporâneo», *Público*, 22 de julho de 2018, pág. 4.
- Tiago Rodrigues Alves, «"Estado falhou" na morte de Ihor, acusa provedora de Justiça», *Jornal de Notícias*, 23 de dezembro de 2020, pág. 14.

PAINEL DOCUMENTAL #2

- Artigo sem assinatura, «Penas fora da lei», *Diário de Notícias*, 05 de agosto de 1994, pág. 16.
- Margarida Maria e Paula Sanchez, «Negócios difíceis com Defesa», *Diário de Notícias*, 21 de agosto de 1997, págs. 12 e 13.
- Capa, *Público*, 13 de novembro de 2003.
- Catarina Gomes, «Provedoria de Justiça admite salas de chuto nas cadeias», *Público*, 13 de novembro de 2003, pág. 31.

PAINEL DOCUMENTAL MONITOR

- Fernanda Fernandes (jornalista), "Menéres Pimentel contra expulsão de ciganos em Ponte de Lima", Telejornal, *RTP1*, 22 de junho de 1993, 01' 39". [Vídeo relacionado com B3 – NÃO DISCRIMINAÇÃO]
- Rui Lagartinho (jornalista), "Aumento do número de presos em greve de fome", Telejornal, *RTP1*, 21 de março de 1994, 01' 39". [Vídeo relacionado com B4 – [1996] As Nossas Prisões]
- Elsa Marujo (jornalista), "Menéres Pimentel termina mandato como Provedor", Telejornal, *RTP1*, 11 de março de 2000, 02' 53". [Vídeo relacionado com B4 – [1996] As Nossas Prisões]

[G] DEFENDER

G2
LIBERDADE DE MANIFESTAÇÃO

[1994]
ACOMPANHAMENTO DE MANIFESTAÇÕES ESTUDANTIS

- Vicente Jorge Silva, «Geração rasca?», *Público*, 06 de maio de 1993, pág. 28.
- Margarida Portugal, com Hália Costa Santos, Dulce Neto, Idálio Revez, entre outros, «Zero em comportamento», *Público*, 06 de maio de 1993, págs. 28 e 29.
- António Eduardo Marques, «As surpresas da ministra», *Público*, 06 de maio de 1993, pág. 29.

G1
ACESSO À JUSTIÇA

[2004]
PRISÃO PREVENTIVA

- Catarina Gomes e Leonete Botelho, «Nova greve de fome começou em três prisões», *Público*, 01 de março de 2001, pág. 26.
- Catarina Gomes, «Sete por cento dos presos preventivos são absolvidos», *Público*, 16 de março de 2001, pág. 32.

G6
PROTEÇÃO DA VIDA PRIVADA

[1987]
INFORMÁTICA E PROTEÇÃO DE DADOS

- Carta do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público, 27 de janeiro de 1987, elemento do Processo n.º R-323/87, *Provedoria de Justiça*, 1987.

PAINEL DOCUMENTAL

- Capa, *Público*, 07 de dezembro de 1993.
- António Eduardo Marques, com Margarida Portugal, Ângela Sila, Dulce Neto e Ana Henriques, «Estudantes marcham para S. Bento», *Público*, 07 de dezembro de 1993, págs. 2 e 3.

PAINEL DOCUMENTAL MONITOR #1

- Mafalda Gameiro e Catarina Féria (jornalistas), "Manifestação de estudantes em Lisboa", Telejornal, *RTP1*, 07 de dezembro de 1993, 02' 14". [Vídeo relacionado com G2 – [1994] Acompanhamento de Manifestações Estudantis]
- Olga Almeida (jornalista), "Protesto de trabalhadores na Marinha Grande", Telejornal, *RTP1*, 09 de julho de 1993, 02' 00". [Vídeo relacionado com G2 – LIBERDADE DE MANIFESTAÇÃO]
- Rosário Salgueiro (jornalista), "Confrontos entre polícia e trabalhadores na Marinha Grande", Telejornal, *RTP1*, 21 de dezembro de 1994, 02' 43". [Vídeo relacionado com G2 – LIBERDADE DE MANIFESTAÇÃO]

PAINEL DOCUMENTAL MONITOR #2

- Peça sem assinatura, "Discussão do caso Costa Freire", Telejornal, *RTP1*, 07 de novembro de 1990, 01' 37". [Vídeo relacionado com G1 – [1990] Apresentação a Juiz Após Detenção]
- Peça sem assinatura, "Recomendações de Mário Raposo", Telejornal, *RTP1*, 13 de novembro de 1990, 01' 17". [Vídeo relacionado com G1 – [1990] Apresentação a Juiz Após Detenção]
- Paulo Nogueira e Júlia Fernandes (jornalistas), "Manifestação dos agentes da PSP", Jornal de Sábado, *RTP1*, 22 de abril de 1989, 03' 20". [Vídeo relacionado com G4 – [1985] Limitação da Liberdade Sindical de Polícias]
- Peça sem assinatura, "Polémica sobre um sindicato da PSP", Jornal de Sábado, *RTP1*, 22 de abril de 1989, 02' 20". [Vídeo relacionado com G4 – [1985] Limitação da Liberdade Sindical de Polícias]

[C] PROTEGER

C1
VIDA DIGNA

PAINEL DOCUMENTAL

41. Miguel Manso
Bairro de Santa Filomena (Amadora), 2012
Impressões fotográficas, 31,7 × 21,1 cm
Cortesia do artista

C4
TRABALHADORES

[2012]
COMBATE AO TRABALHO PRECÁRIO

- Capa, *Público*, 08 de junho de 2012.
- Graça Barbosa Ribeiro, «Professores contratados em condições de reclamar o quadro nos tribunais», *Público*, 8 de junho de 2012, pág. 14.

[2013]
PROTEÇÃO SOCIAL NO DESEMPREGO

- Raquel Martins, «Provedor de Justiça propõe limites à redução do subsídio de desemprego», *Público*, 27 de outubro de 2016, pág. 22.

C3
CONSUMIDORES

[1999]
SERVIÇOS DE VALOR ACRESCENTADO

- Envelope do Ministério do Equipamento Social,

dirigido ao Provedor de Justiça, com o carimbo «Urgente»; elemento integrante do Processo n.º R-4321/99, *Provedoria de Justiça*, 1999.
- Capa, *Diário Insular*, Açores, 20 de novembro de 1999, elemento integrante do Processo n.º R-4321/99, *Provedoria de Justiça*, 1999.
- Artigo sem assinatura, «Provedor de Justiça fala sobre caso "0641"», *Diário Insular*, Açores, 20 de novembro de 1999, elemento integrante do Processo n.º R-4321/99, *Provedoria de Justiça*, 1999.

[2011]
PROTEÇÃO NO JOGO
DE SORTE OU AZAR
- Andreia Sanches, «O que une os jogadores patológicos? Começaram a carreira a ganhar", *Público*, 22 de fevereiro de 2015, págs. 16 e 17.

PAINEL DOCUMENTAL
- Raquel Martins, «22% das anulações de desempregados devem-se a faltas aos controlos quinzenais», *Público*, 14 de julho de 2016, págs. 2 a 4.
- Natália Faria, «Viciados no jogo devem ser tratados tal como os consumidores de drogas», *Público*, 04 de janeiro de 2018, págs. 12 e 13.
- Luís Villalobos, «Jogos de fortuna ou azar puxam pelas apostas e receitas no online», *Público*, 24 de março de 2026, pág. 27.

1. Fábio Colaço
Fausto, 2024
Sapatos, moedas de euro, 20 × 70 × 70 cm
Cortesia do artista

2. José Chambel
Sem título #25 (Série Tchilóli), 1997
Fotografia impressa em papel Hahnemuehle Baryta FB Edição P.A., 80 × 60 cm
Coleção Norlinda e José Lima, São João da Madeira

3. Alfredo Cunha
Sem título, 1974
Arquivo da Fundação Mário Soares e Maria Barroso / Alfredo Cunha
© SPA, Lisboa 2026

- Joana Mesquita
«21 personalidades acusam Governo de atacar Estado de direito para atrair votos»
Público, 23 de dezembro de 2024, pág. 8

4. Pedro Barateiro
Untitled (Die Bevölkerungsexplosion), 2008
Acrílico sobre impressão a jato de tinta, 169 × 135 cm
CACE – Coleção de Arte Contemporânea do Estado

5. Júlia Ventura
From the Series "Modeles Inimitables d'Intuitions Possibles" 1983-86 MIDP #7, 1984
Prova gelatina e sal de prata, 70,5 × 90,5 cm
CACE – Coleção de Arte Contemporânea do Estado

6. Júlia Ventura
From the Series "Modeles Inimitables d'Intuitions Possibles" 1983-86, 1984
Prova gelatina e sal de prata, 70,5 × 90,5 cm
CACE – Coleção de Arte Contemporânea do Estado

7. Fábio Colaço
Sem título (resistência), 2023
Gesso, faca, 7 × 14 × 24 cm
Cortesia do artista

- Mesa de escola, década de 1970
47 × 69 × 38 cm
Coleção Paulo Mendes Archive Studio

8. Luísa Cunha
Inner View, 2010
Vídeo; Monitor TV, DVD-PAL, 1 leitor DVD, imagem e voz produzindo texto (texto original em inglês), 1' 20"
CACE – Coleção de Arte Contemporânea do Estado

- Ana Maia
«Exclusão de estrangeiros no SNS: quase mil profissionais optam pela desobediência civil»
Público, 24 de dezembro de 2024, pág. 16

9. Mattia Denisse
O amor do crime passional: a arma (amar) do crime: a esfregona, 2017
Lápis de cor sobre papel (12/14 elementos), 25 × 19 cm
CACE – Coleção de Arte Contemporânea do Estado

10. Mattia Denisse
Les psychopompes: cerf psychopompe ⇒ ⊂ Fèces polymorphe ⇒ ⊂ Cyclope formée, 2017
lápis de cor sobre papel (10/14 elementos), 25 × 19 cm
CACE – Coleção de Arte Contemporânea do Estado

11. Mattia Denisse
Les psychopompes ⇒ ⊂ História fantástica do mergulho: le psychopompe, 2017
lápis de cor sobre papel (9/14 elementos), 25 × 19 cm
CACE – Coleção de Arte Contemporânea do Estado

12. Daciano da Costa
Mesa de Telefone – Linha "Cortez", 1962
Editado por Metalúrgica da Longra
70 × 72 × 40 cm
Coleção Show me

- Antonio Tabucchi
A cabeça perdida de Damasceno Monteiro
Thereza de Lencastre (tradução), Quetzal Editores, Lisboa, 1997
[Livro relacionado com F3 – RESPONSABILIZAÇÃO DO ESTADO]

13. Valter Vinagre
Sem Título. #16. Portugal, Série: Posto de trabalho, 2013
Impressão a jato de tinta sobre papel fine art (Hahnemühle paper) colada sobre pvc 4mm e com moldura em madeira natural sem vidro, 80 × 64 cm
Coleção Norlinda e José Lima em depósito de longo prazo no Centro de Arte Oliva

14. Augusto Brázio
Estabelecimento Prisional de Tires, Tires, 2001
Impressão a jato de tinta, 48 × 48 cm
Cortesia do artista

15. Kiluanji Kia Henda
OBJET TROUVÉ #5, 2016
Impressão a jacto de tinta sobre papel de algodão, 58 × 88 cm
Coleção Norlinda e José Lima, São João da Madeira

16. Valter Vinagre
Sem Título. #35. Portugal, Série: Posto de trabalho, 2010
Impressão a jato de tinta sobre papel fine art (Hahnemühle paper) colada sobre pvc 4mm e com moldura em madeira natural sem vidro, 100 × 80 cm
Coleção Norlinda e José Lima em depósito de longo prazo no Centro de Arte Oliva

17. Leonel Moura
Sem título (Amália Prateada), 1990
Serigrafia e acrílico sobre tela, 92 × 131,50 cm

Coleção Norlinda e José Lima em depósito de longo prazo no Centro de Arte Oliva

- Lei do aborto (capa da brochura) UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta, 1979 Arquivo da Fundação Mário Soares e Maria Barroso / UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta

- BCP – Governo não actua. Porquê? (comunicado de imprensa) 1 de outubro de 1991 Arquivo da Fundação Mário Soares e Maria Barroso / UMAR - União de Mulheres Alternativa e Resposta

18. Jorge Molder *Nr.5* da série Ocultações, 2008 Fotografia, impressão digital, 152 × 101 cm CACE – Coleção de Arte Contemporânea do Estado

19. António Olaio *Cleaning up the vacuum*, 2017 Óleo sobre tela, 141 × 100 cm Coleção Norlinda e José Lima, São João da Madeira

20. René Bértholo *Os mestres da dança*, 1988 Óleo sobre tela, 116 × 73 cm Coleção Norlinda e José Lima, São João da Madeira

21. José Almeida Pereira *Bom dia (segundo Coubert),* 2016 Óleo sobre tela, 172 × 264 cm Coleção Norlinda e José Lima em depósito de longo prazo no Centro de Arte Oliva

22. Joaquim Bravo *Arrepio ou Escolha do Crítico*, 1992 Acrílico sobre tela, 61,50 × 71,50 cm Coleção Norlinda e José Lima em depósito de longo prazo no Centro de Arte Oliva

23. Sara & André *SARA & ANDRÉ riem-se de JOSEPH BEUYS, por Miguel*, 2007 Impressão jato de tinta longa duração, 60 × 90 cm Coleção Norlinda e José Lima em depósito de longo prazo no Centro de Arte Oliva

24. João Tabarra *Allegretto grazioso II*, 2008 Impressão fotográfica, 184,50 × 224,30 cm Coleção Norlinda e José Lima em depósito de longo prazo no Centro de Arte Oliva

25. Miguel Carneiro *Quem ri por último*, 2016 Serigrafia, 89,7 × 59,7 cm Coleção Paulo Mendes Archive Studio

26. André Alves *Siri Hustvedt, The Blindfold, Série Material Escavado: Hanya Yanagihara, A Little Life, pag. 700*, 2022 Impressão digital, 173 × 116 cm Coleção Norlinda e José Lima, São João da Madeira

27. Paulo Cintra *Abril de 1974*, 1974 Impressões fotográficas, 13 × 20 cm Cortesia do artista

28. João Abel Manta *O POVO ESTÁ COM O MFA*, 1975 Cartaz original, 33,5 × 33,5 cm Coleção Paulo Mendes Archive Studio

29. Carlos Gil Sem título, 1969 Arquivo da Fundação Mário Soares e Maria Barroso / Carlos Gil © SPA, Lisboa 2026

- Eleições legislativas – Sala de imprensa no Centro de Escrutínio Provisório na Gulbenkian, 25 de abril de 1976 Fotografia Arquivo da Fundação Mário Soares e Maria Barroso / Arquivo Histórico do Partido Socialista

30. Pedro A. H. Paixão *L'innocente*, 2019 Grafite sobre papel, 29,7 × 21 cm CACE – Coleção de Arte Contemporânea do Estado

31. Fábio Colaço *Sem título (linha do tempo)*, 2024 Relógio de parede intervencionado, 30 × 30 × 4 cm Cortesia do artista

32. Marco Mendes *Verdes Anos*, 2009 Serigrafia, 70 × 50 cm Coleção Paulo Mendes Archive Studio

33. Arlindo Silva *Marco e Flávia*, 2000 Óleo sobre tela, 65,50 × 100 cm Coleção Norlinda e José Lima em depósito de longo prazo no Centro de Arte Oliva

- Álvaro Morna, Mário Ventura, Luís António Santos, Manuela Paixão, Eduardo Hélder e Luísa Melo «Europa: o Inverno dos estudantes», *Diário de Notícias*, 07 de dezembro de 1993, págs. 18 a 20

34. João Pedro Vale + Nuno Alexandre Ferreira *1983*, 2022 C-Print, 150 × 100 cm Coleção Norlinda e José Lima em depósito de longo prazo no Centro de Arte Oliva

35. António Caramelo *makearevolution*, 2012 Vídeo SD, p/b, som, 2' 55''

CACE – Coleção de Arte
Contemporânea do Estado

36. Julião Sarmento
Noites Brancas, 1982
Têmpera acrílica e
colagem sobre papel
Coleção Norlinda e
José Lima em depósito
de longo prazo no Centro
de Arte Oliva

37. Diogo Evangelista
Sem Título (Club Noir),
2015
Aço com revestimento
em pó, 148 × 210 × 70 cm
CACE – Coleção de
Arte Contemporânea
do Estado

38. Pedro Letria
N37°11'34" W7°24'59"
Fotografia #79,
9/20/1996, da série
Terraformada, 1996
Prova digital a jato
de tinta em papel de
algodão baritado, colado,
moldura de madeira,
vidro museu, 80 × 80 cm
CACE – Coleção de
Arte Contemporânea
do Estado

39. Ângelo de Sousa
Sem título, 1965
Acrílico sobre cartolina
colada em platex,
105 × 74,80 cm
Coleção Norlinda e
José Lima em depósito
de longo prazo no Centro
de Arte Oliva

40. Musa paradisiaca
Corda, 2014
Bréu pintado a óleo,
9 × 32 × 35 cm
Coleção Norlinda e
José Lima em depósito
de longo prazo no Centro
de Arte Oliva

[D] EQUILIBRAR

D2 DIREITO DE PROPRIEDADE

[2006]
CATIVAÇÃO DE SOLOS PARA FINS DE UTILIDADE PÚBLICA
- Ricardo Garcia, «Provedor de Justiça quer fim das servidões *sine die*», *Público*, 06 de maio de 2008, pág. 12.

[E] PROMOVER

E2 SER CIDADÃO

[1991]
DIREITO A NOME E NACIONALIDADE
- Carta da Casa do Gaiato, dirigida ao Provedor de Justiça, 08 de janeiro de 1997; elemento integrante do Processo n.º R-110/97, *Provedoria de Justiça*, 1991.
- Participação à Polícia de Segurança Pública, 03 de dezembro de 1991; elemento integrante do Processo n.º R-110/97, *Provedoria de Justiça*, 1991.

[2017]
CARTÃO DE CIDADÃO PARA PESSOAS SEM MORADA CERTA
- Sofia Cristino, «Sem-abrigo vão poder usar autarquias como moradas», *Jornal de Notícias*, 07 de junho de 2021, pág. 7.

[F] GARANTIR

F1 DIREITOS EM SITUAÇÃO DE PANDEMIA

- Capa, *Público*, 27 de março de 2020.
- Capa, *Público*, 01 de maio de 2020.

[2020]
ASSISTÊNCIA FAMILIAR NO NASCIMENTO E NA MORTE
- Leonete Botelho, «Provedoria recebeu 600 queixas durante estado de emergência», *Público*, 5 de maio de 2020, pág. 2 e 3.

[2020]
MORATÓRIA NO CRÉDITO BANCÁRIO
- Pedro Crisóstomo, «Brunner trabalha a recibos. Está a ficar sem dinheiro. Não tem apoio», *Público*, 25 de abril de 2020, pág. 38 e 39.

F4 AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

[2018]
EXPLORAÇÃO DE PEDREIRA
- Idálio Revez, «Pedreira de Monchique foi embargada mas ignorou ordem», *Público*, 03 de dezembro de 2018, pág. 18 e 19.

PAINEL DOCUMENTAL MONITOR
- Isabel Marques da Costa (jornalista), "Indemnizações disponíveis para vítimas dos incêndios", Notícias do dia, *RTP1*, 13 de dezembro de 2017, 02' 17". [Vídeo relacionado com F3 – [2017] Incêndios de 2017: Indemnização de Vítimas e Familiares]
- Rosa Veloso (jornalista), "Pedreira de Monchique", Notícias do dia, *RTP1*, 03 de dezembro de 2018, 02' 43". [Vídeo relacionado com F4 – [2018] Exploração de Pedreira]
- Rui Lagartinho (jornalista), "Provedor de Justiça em Sines", Telejornal, *RTP1*, 30 de setembro de 1993, 01' 40". [Vídeo relacionado com F4 – AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL]
- Augusto Brázio
  Pedreira de extração de mármores, Vila Viçosa, 2011
  Impressão a jato de tinta, 19,7 × 29, 6 cm
  Cortesia do artista

[A] APOIAR

A1 IDOSOS

[2018]
ATRASOS NA REFORMA: PENSÃO NA HORA
- Pedro Crisóstomo, «Extravio de papéis atrasa atribuição de pensões», *Público*, 19 de junho de 2020, pág. 23.

A2 CRIANÇAS E JOVENS

[1997]
PREVENÇÃO DO ABANDONO E REFORÇO DO REGISTO CIVIL
- Nuno Mendes, «Um segredo bem guardado», *Público*, 25 de junho de 1999, pág. 21.
- Alexandra Campos, «Vender crianças não é crime», *Público*, 26 de junho de 1999, pág. 20.

A3 PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

[2020]
ATRASO NA EMISSÃO DE ATESTADO MÉDICO DE INCAPACIDADE MULTIUSO
- Joana Amorim, «Provedoria com 252 queixas por atrasos nas juntas médicas», *Jornal de Notícias*, 16 de novembro de 2021, pág. 6 e 7.

A6 PROTEÇÃO DA SAÚDE

- Isabel Salema, «Mário Raposo preside a conselho de Bioética», *Público*, 29 de janeiro de 1991, pág. 25.

1. Nuno Sousa Vieira
As portas mortas, 2017
Escultura, Instalação; Duas portas de madeira do atelier do artista, madeira de mogno e ferragens, 111 × 88 × 91 cm
CACE – Coleção de Arte Contemporânea do Estado

2. Paula Rego
Red Creature, 1981
Guache sobre papel, 96,50 × 76,50 cm
Coleção Norlinda e José Lima, São João da Madeira

3. Álvaro Lapa
Casamento, 1967
Têmpera e alfinete sobre platex, 100 × 94,50 cm
Coleção Norlinda e José Lima em depósito de longo prazo no Centro de Arte Oliva

4. Carlos Gentil-Homem e Ernesto de Sousa
Alternativa Zero: Tendências Polémicas na Arte Portuguesa Contemporânea, 1977
Cartaz original, 74 × 54,50 cm
Coleção Paulo Mendes Archive Studio

5. António Areal
O Coleccionador de RA, 1970
Óleo e esmalte sobre platex, 173 × 63 cm
Coleção Norlinda e José Lima em depósito de longo prazo no Centro de Arte Oliva

MONITOR

- Maria José Azevedo (Jornalista), "Campanha sobre o número 115", Jornal da Tarde, *RTP1*, 03 de maio de 1989, 01' 20". [Vídeo relacionado com A6 – [1978] Linha de Emergência Médica (115)]

- Comutador telefónico de mesa de bateria local, marca AEP – Automática Eléctrica Portuguesa. Utilizado para operar em ligação com a rede telefónica analógica pública. Coleção Fundação Portuguesa das Comunicações

- Telefone de mesa (preto), marca AEP – Automática Eléctrica Portuguesa, modelo 7, 1980. Coleção Fundação Portuguesa das Comunicações

- Microfone de mesa, marca General Electric, modelo #19B209458P1, décadas de 1960-1970. Coleção Fundação Portuguesa das Comunicações

- Secretária, década de 1950
95 × 71 × 50 cm
Coleção Paulo Mendes Archive Studio

6. António Júlio Duarte
Canil, 2003-2018
Impressão fotográfica. Ed. 3/3, 150 × 150 cm
CACE – Coleção de Arte Contemporânea do Estado

7. Pedro Cabrita Reis
E Outros Sítios Mais #30, 2010
Acrílico e marcador sobre prova jato de tinta (fita cola), 100,50 cm × 150,50 cm
Coleção Norlinda e José Lima em depósito de longo prazo no Centro de Arte Oliva

8. Augusto Brázio
Vende-se #5, 2012
Fotografia; Impressão inkjet em papel Epson Luster. Ed 1/2 + 1PA
63 × 93 cm
CACE – Coleção de Arte Contemporânea do Estado

9. Pedro Pousada
I shot him on the spot – Dropdead, #1, 1997
Serigrafia, Tinta-da-china sobre papel, 45 × 48,80 cm
Coleção Paulo Mendes Archive Studio

10. Graça Pereira Coutinho
The Walk, 2001
Impressão fotográfica, 98,90 × 144,50 cm
Coleção Norlinda e José Lima em depósito de longo prazo no Centro de Arte Oliva

11. Noé Sendas
Aurélia Vs Benini's, 2007
C-Print Ed. 1/1, 75 × 75 cm
Coleção Norlinda e José Lima, São João da Madeira

12. Carla Filipe
Retratos de Portugueses em L [...], 2010-2011
Esferográfica, marcador, tinta-da-china e grafite sobre papel, 103,10 × 136 cm
Coleção Norlinda e José Lima em depósito de longo prazo no Centro de Arte Oliva

13. João Onofre
Something will come out of these, 2007
Acrílico e papel fabriano, 100 × 70 cm
Coleção Norlinda e José Lima, São João da Madeira

14. Bárbara Fonte
Sem título, 2016
Impressão fotográfica, 55 × 80 cm
Cortesia da artista

- Ana Cristina Pereira (Texto) e Nelson Garrido (Fotografia), «Quando a violência doméstica é agravada pelo preconceito», *Público*, 17 de janeiro de 2021, pág. 18 e 19.

- Fotografia "Manifestação da UMAR em S. Bento contra o aumento do custo de vida", 1977-1978. Arquivo Fundação Mário Soares e Maria Barroso / UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta

15. Augusto Brázio
Casa de Saúde do Telhal, Sintra, 1999
Impressão a jato de tinta, 26,5 × 39,6 cm
Cortesia do artista

16. Priscila Fernandes
INFLATABLES POP, série "Labour Series", 2019

C-Print, 228 × 175 cm
CACE – Coleção de Arte Contemporânea do Estado

17. Hugo Canoilas
The poet is a minuscule thing, 2015
Acrílico sobre madeira, Sapatos usados e espuma poliuretano, 140 × 60 × 30 cm
Cortesia do artista

18. Fernando J. Ribeiro
Untitled European Union, 2012
Cetim, batatas fritas ruffle com sabor a presunto, ferro, dimensões variáveis
Cortesia do artista

19. Jorge Molder
Sem título – Série TV, 1995
Tiragem argêntea, 127,50 × 127,50 cm
Coleção Norlinda e José Lima em depósito de longo prazo no Centro de Arte Oliva

20. Leonel Moura
Sem título, 1988
Serigrafia e acrílico sobre tela, 68,80 × 57,40 cm
Coleção Norlinda e José Lima em depósito de longo prazo no Centro de Arte Oliva

21. Leonel Moura
Sem título, 1988
Serigrafia e acrílico sobre tela, 68,60 × 57,30 cm
Coleção Norlinda e José Lima em depósito de longo prazo no Centro de Arte Oliva

22. Leonel Moura
S – #5, 1988
Serigrafia sobre tela, 68,70 × 57,40 cm
Coleção Norlinda e José Lima em depósito de longo prazo no Centro de Arte Oliva

23. Paulo Catrica
Sala do grupo parlamentar do Partido Comunista Português, Assembleia da República, série "Passos Perdidos", 2018
Impressão digital a jato de tinta, a cores, sobre papel de barita (Hahnemühle), moldura em faia, 65 × 82 cm
CACE – Coleção de Arte Contemporânea do Estado

24. Paulo Catrica
Sala do grupo parlamentar do CDS-PP, Assembleia da República, série "Passos Perdidos", 2018
Impressão digital a jato de tinta, a cores, sobre papel de barita (Hahnemühle), moldura em Faia, 65 × 82 cm
CACE – Coleção de Arte Contemporânea do Estado

25. Fábio Colaço
Mirage, 2026
Impressão UV nos sapatos, dimensões variáveis (30x15x15cm)
Cortesia do artista

26. Isabel Cordovil
There won't be any miracles for us, 2020-2021
Impressão digital a jato de tinta, a cores, sobre papel Fine Art, 70 × 50 cm
CACE – Coleção de Arte Contemporânea do Estado

27. Augusto Brázio
Sem título #03 da série Fechados, Lisboa, 2020
Impressão a jato de tinta, 29,7 × 41, 5 cm
Cortesia do artista

28. Augusto Brázio
Sem título #04 da série Fechados, Lisboa, 2020
Impressão a jato de tinta, 29,7 × 41, 5 cm
Cortesia do artista

29. Tiago Baptista
O que fazer com estas imagens, 2012
Acrílico sobre tela, 210 × 280 cm
Coleção Norlinda e José Lima em depósito de longo prazo no Centro de Arte Oliva

30. Mané Pacheco
Feral I, 2022
Chifre de veado encontrado, penas encontradas, pele sintética, 72 × 37 × 50 cm
Coleção Norlinda e José Lima, São João da Madeira

31. Tito Mouraz
Sem título (série *Open Space Office*), 2011
Impressão a jato de tinta em papel FineArt Baryta, 100 × 100 cm
Coleção privada

32. Hugo de Almeida Pinho
Noor III, 2024
Impressão giclée em papel Ilford FineArt Baryta contracolado com moldura em mutene, 180 × 120 cm
Cortesia do artista

33. Miguel Carneiro
Só me apetece ganir!, 2007-2008
Serigrafia, 49,7 × 34,8 cm
Coleção Paulo Mendes Archive Studio

ACÓRDÃOS REFERIDOS

SALÃO DAS ABELHAS

B1 – IGUALDADE DE DIREITOS
- Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 231/94
- Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 141/2015

B1 – [1999] RECONHECIMENTO COMO DEFICIENTE DAS FORÇAS ARMADAS DE ESTRANGEIROS
- Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 423/2001
- Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 72/2002

B1 – [2012] ACESSO AO RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO
- Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 141/2015

C4 – TRABALHADORES
- Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 474/02

G5 – SUFRÁGIO
- Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 424/2011
- Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 247/2021

G6 – [1987] PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E MEIOS INFORMÁTICOS
- Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 182/89

G6 – PROTEÇÃO DA VIDA PRIVADA
- Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 182/89
- Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 268/2022

SALÃO DAS ROSAS

A3 – PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
- Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 188/2003

A3 – [1994] BENEFÍCIOS FISCAIS PARA AQUISIÇÃO DE AUTOMÓVEL
- Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 188/2003

A5 – VIDA FAMILIAR
- Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 232/2004

A5 – [1989] RELEVÂNCIA DA UNIÃO DE FACTO NO ÂMBITO DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO
- Assento 2/87 do STJ, publicado DR, I, 28/5/1987
- Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 359/91

A5 – [1999] EXPULSÃO DE ESTRANGEIROS COM FILHOS MENORES PORTUGUESES
- Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 232/2004

D1 – JUSTIÇA FISCAL
- Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 848/2017
- Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 187/2013

D2 – DIREITO DE PROPRIEDADE
- Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 187/01

BIBLIOTECA

OBS: A lista das legendas está organizada no sentido de o visitante iniciar o percurso pelo lado direito da mesa e terminar pelo lado esquerdo.

MATERIAIS EXPOSTOS

- Material de trabalho do arquivo da Provedoria de Justiça: Processos, carimbos, material gráfico e de escritório dispostos ao longo da instalação

- Máquina de contabilidade preta, marca *Underwood Sundstrand*, modelo 10120, 1938
  25 × 39 × 33 cm
  Coleção Fundação Eugénio de Almeida

- Caixa registadora de balcão vitoriana, marca J. C. Cox., 1884
  40,3 × 54,5 × 21 cm
  Coleção Fundação Eugénio de Almeida

- Estúdio Horácio Novais
  Palácio Conde Vilalva, 1945
  Fotografia, 75,4 × 55 cm
  Biblioteca de Arte e Arquivos / Fundação Calouste Gulbenkian

- Livro de caixa de despesas da família Eugénio de Almeida, 1862
  397 × 286 mm
  Coleção Fundação Eugénio de Almeida

- Rafael Bordalo Pinheiro
  Caricatura do Jardim Zoológico e de Aclimação em Portugal, 1883
  Página original do jornal *O António Maria*, 297 × 213 mm
  Coleção Fundação Eugénio de Almeida

- José Maria Eugénio de Almeida
  Dissertação Académica acerca do Artigo 183 da Constituição Política de 1822
  Coimbra, 1837.
  223 × 145 mm
  Coleção Fundação Eugénio de Almeida

- Fatura emitida pela "Chapelaria da Moda de João Alves da Costa" relativa à aquisição por Carlos Maria Eugénio de Almeida de um chapéu de palha e ao concerto de um chapéu alto, 1908.
  222 × 164 mm
  Coleção Fundação Eugénio de Almeida

- Daciano da Costa
  Cadeira de reuniões – Linha "Cortez", 1962
  80 × 67 × 65 cm
  Coleção Show me

- Jean-François Colson
  Projeto do alçado sul do Palácio de São Sebastião da Pedreira (atual Palácio Vilalva), em Lisboa, 1859.
  417 × 558 mm
  Coleção Fundação Eugénio de Almeida

- Telefone de mesa, marca AEP – Automática Eléctrica Portuguesa, modelo 7, 1980
  Coleção Fundação Portuguesa das Comunicações

- Vista parcial do edifício das cavalariças e cocheiras, localizadas na confluência das atuais ruas Marquês da Fronteira e Nicolau Bettencourt, mandadas construir por José Maria Eugénio de Almeida na segunda metade do século XIX, 1907
  Fotografia, 83 × 112 mm
  Coleção Fundação Eugénio de Almeida

- Telefone de mesa, marca CIT, 1980
  Coleção Fundação Portuguesa das Comunicações

- Apara-lápis de secretária em ferro fundido, marca Guhl & Harbeck, modelo Jupiter 1, 1910
  13 × 35,5 × 15,5 cm
  Coleção Fundação Eugénio de Almeida

- Televisão, marca Minerva (Grundig), modelo Triumph 2020, 1977
  Coleção Show me

- Atelier Arquiteto Jorge Segurado
  Planta do rés-do-chão do Palácio de São Sebastião da Pedreira (atual Palácio Vilalva), em Lisboa, 1945.
  655 × 655 mm
  Coleção Fundação Eugénio de Almeida

- Atelier Arquiteto Jorge Segurado
  Planta do primeiro andar ou «andar nobre e das receções» do Palácio de São Sebastião da Pedreira (atual Palácio Vilalva), em Lisboa, 1945. 612 × 655 mm
  Coleção Fundação Eugénio de Almeida

- Alçados e plantas da escada de serviço do Palácio de São Sebastião da Pedreira (atual Palácio Vilalva), em Lisboa, de ligação entre o rés-do-chão e o terceiro andar, 1910. 545 × 408 mm
  Coleção Fundação Eugénio de Almeida

MONITOR #1

- "Tomada de posse de Manuel da Costa Braz", Noticiário Nacional, *RTP1*, 17 de março de 1976, 04' 16".
- "Tomada de posse de José Magalhães Godinho", Noticiário Nacional, *RTP1*, 12 de novembro de 1976, 03' 42".
- Elsa Marujo (jornalista), "Menéres Pimentel termina mandato como Provedor", Telejornal, *RTP1*, 11 de março de 2000, 02' 53".
- "Maria Lúcia Amaral visita a Madeira",

Telejornal Madeira, *RTP1 Madeira*, 01 de fevereiro de 2018, 03' 06".

- Máquina de escrever, marca Messa (Mecânica de Algueirão-Mem Martins), modelo M-1, 1970
  Coleção Fundação Portuguesa das Comunicações

- Caderno de memórias de José Maria Eugénio de Almeida, de 1848 a 1858.
  162 × 250 mm
  Coleção Fundação Eugénio de Almeida

- Provedoria de Justiça na Rua Pau de Bandeira, Lisboa, 1992-2023

- Provedoria de Justiça na Rua 5 de Outubro, Lisboa, 1976-1992
  © Arquivo Municipal de Lisboa / Avenida Cinco de Outubro, Artur João Goulart

- Estúdio Horácio Novais
  Palácio Conde Vilalva, 1945
  Fotografia, 75,4 × 55 cm
  Biblioteca de Arte e Arquivos / Fundação Calouste Gulbenkian

- Gravura a preto e branco representando José Maria Eugénio de Almeida, 1856.
  95 × 71 × 14 cm
  Coleção Fundação Eugénio de Almeida

- Kameraphoto
  DR – Diário da República, 2011
  Editor Kameraphoto, Colectivo de fotógrafos
  Fotógrafos: Alexandre Almeida, António Júlio Duarte, Augusto Brázio, Céu Guarda, Guillaume Pazat, João Pina, Jordi Burch, Martim Ramos, Nelson d'Aires, Pauliana V. Pimentel, Pedro Letria, Sandra Rocha, Valter Vinagre
  DR – Diário da República é um livro com 365 imagens tiradas em Portugal em 2010, ano em que Portugal comemorou o centenário da implementação da sua República.

- Caixa de arquivo em folha-de-flandres, com tampa de correr, 1930
  31 × 42 × 22 cm
  Coleção Fundação Eugénio de Almeida

- Planta do "Casal do Monte Almeida Pertencente ao Par do Reino Carlos Maria Eugénio de Almeida".
  Cópia do projeto da zona do Parque da Liberdade, hoje denominado Eduardo VII, 1903
  530 × 750 mm
  Coleção Fundação Eugénio de Almeida

- Paulo Cintra
  Abril de 1974, 1974
  Impressão fotográfica, 13 × 20 cm
  Cortesia do artista

- Leitor/gravador de bobines, marca Philips, modelo Maestro N4407, 1969
  Coleção Fundação Portuguesa das Comunicações

- Telefone móvel para automóvel, marca Siemens, modelo C2 Portable, 1988
  Coleção Fundação Portuguesa das Comunicações

- Câmara de filmar portátil utilizada pela RTP, marca RCA, modelo TK-76, 1980
  Coleção Fundação Portuguesa das Comunicações

MONITOR #2

- Audições do Provedor de Justiça em Comissão Parlamentar na Assembleia da República

- Gravura da «vista geral do Jardim Zoológico de Lisboa», instalado no Parque de São Sebastião da Pedreira, 1884.
  237 × 320 mm
  Coleção Fundação Eugénio de Almeida

- Computador Macintosh SE/30, Apple Computer Inc., modelo M5119, 1990
  Coleção Fundação Portuguesa das Comunicações

- As Constituições Portuguesas
  Jorge Miranda (organização e introdução)
  Ed. Livraria Petrony, Lisboa, 1976

- Caixa metálica com pega, com inscrição na tampa: "Pertence ao Conde de Vill'Alva".
  11,5 × 30,5 × 26 cm
  Coleção Fundação Eugénio de Almeida

- Daciano da Costa
  Estante, série 600, 1962
  75 × 165 × 54 cm
  Coleção Show me

SECÇÃO

06

TÍTULO

FICHA TÉCNICA

OS TEUS DIREITOS, A TUA VOZ! CIDADANIA E DEMOCRACIA NOS 50 ANOS DO PROVEDOR DE JUSTIÇA

DATAS
Outubro 2026 –
Abril 2027

INAUGURAÇÃO
15 de Outubro de 2026
Palácio Vilalva, Lisboa

UM PROJETO CURATORIAL DE
Paulo Mendes

ORGANIZAÇÃO
Provedor de Justiça

Exposição concebida para as Comemorações dos 50 anos do Provedor de Justiça

PROVEDORIA DE JUSTIÇA
Ana Sofia Firmino
Catarina Carreira
Elisa Chora
Estrela Chaby
Eva Gaspar
Helena Afonso
Isabel Marques
João Lázaro
João Portugal
Lina Mascarenhas
Lis Cisz
Lurdes Ferreira
Madalena Rosa
Paula Martins
Ravi Afonso Pereira
Ricardo Carvalho
Sara Duarte
Sofia Nascimento Rodrigues
Sofia Semedo
Susana Santos
Tânia Ferreira

EXPOSIÇÃO
PROJETO CURATORIAL
CONCEÇÃO E COORDENAÇÃO GERAL DA PRODUÇÃO
Paulo Mendes

CONCEÇÃO DA CENOGRAFIA
Machado Costa Arquitetos Associados
Pedro Machado Costa
Ana Rita Carvalho

IDENTIDADE VISUAL, DESIGN GRÁFICO E WEBSITE
V-A Studio

SOM PARA A EXPOSIÇÃO
Joana de Sá

PRODUÇÃO EXECUTIVA E INVESTIGAÇÃO
Carolina Furtado Freitas

PRODUÇÃO
Diogo Pinto
Adriana Carvalho
Susana Rodrigues

CONSTRUÇÃO DA CENOGRAFIA
SD&D Construções

MONTAGEM DE EQUIPAMENTOS AUDIOVISUAIS E ILUMINAÇÃO
Visual Link Productions
André Torres

COLABORAÇÃO NO DESENHO DE LUZ
Hugo de Almeida Pinho

MONTAGEM DA EXPOSIÇÃO
Maria Torrada – Art Handling

REGISTO DOCUMENTAL EM FOTOGRAFIA
Filipe Braga
Joana Linda

REGISTO DOCUMENTAL EM VÍDEO
Mário Melo Costa

AGRADECIMENTOS
Um agradecimento especial da equipa curatorial à equipa da Provedoria de Justiça pela disponibilidade e colaboração dedicada a este projeto. Agradecemos igualmente as contribuições da Susana Lourenço Marques, Rosa Canhão, Guilherme Braga da Cruz, Rodrigo Costa Lima, em diferentes momentos deste processo e também à Inês Leal e à Violeta Mendes. Agradecemos ainda a todos os meios de comunicação que autorizaram a utilização dos artigos que integram a exposição. Um particular agradecimento a todos os artistas, aos colecionadores José Lima e Ricardo Lima, às instituições que emprestaram obras e cederam materiais para esta exposição.

PARCERIAS INSTITUCIONAIS
CACE – Coleção de Arte Contemporânea do Estado / Museus e Monumentos de Portugal, E.P.E.
Centro de Arte Oliva / Câmara Municipal de São João da Madeira
Fundação Eugénio de Almeida
Fundação Portuguesa das Comunicações
Fundação Mário Soares e Maria Barroso
RTP – Rádio e Televisão de Portugal

APOIO À PRODUÇÃO
Terminal Complex Associação Cultural

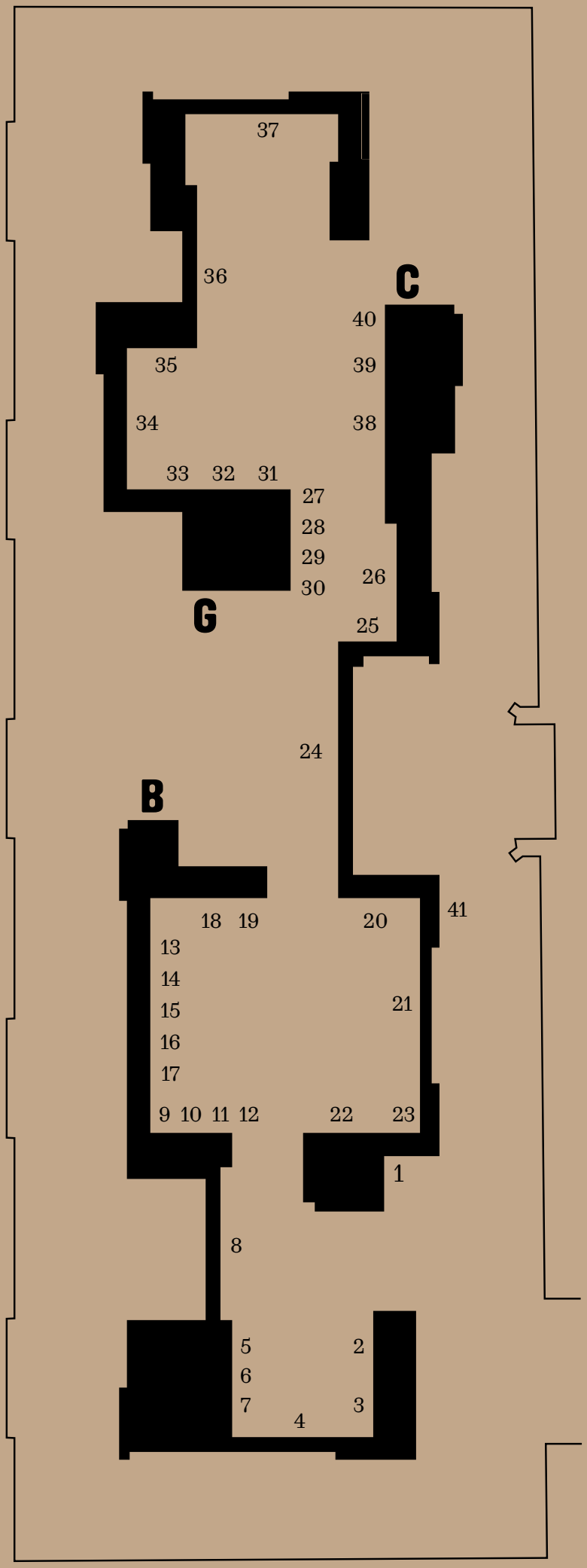
PROVEDOR DE JUSTIÇA

MORADA
Palácio Vilalva, Rua Marquês de Fronteira, 1069-452 Lisboa

E-MAIL
provedor50anos@provedor-jus.pt

TELEFONE
(+351) 213 926 777

SITE
50anos.provedor-jus.pt



SALÃO DAS ABELHAS

[B] RESPEITAR

B1 IGUALDADE DE DIREITOS
B2 LIBERDADE RELIGIOSA
B3 NÃO DISCRIMINAÇÃO
B4 PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE

[C] PROTEGER

C1 VIDA DIGNA
C2 ACESSO AOS SERVIÇOS PÚBLICOS
C3 CONSUMIDORES
C4 TRABALHADORES

[G] DEFENDER

G1 ACESSO À JUSTIÇA
G2 LIBERDADE DE MANIFESTAÇÃO
G3 PROPORCIONALIDADE
G4 LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO
G5 SUFRÁGIO
G6 PROTEÇÃO DA VIDA PRIVADA

ARTISTAS

1. Fábio Colaço
2. José Chambel
3. Alfredo Cunha
4. Pedro Barateiro

5/6. Júlia Ventura

7. Fábio Colaço
8. Luísa Cunha

9/10/11. Mattia Denisse

12. Daciano da Costa
13. Valter Vinagre
14. Augusto Brázio
15. Kiluanji Kia Henda
16. Valter Vinagre
17. Leonel Moura
18. Jorge Molder
19. António Olaio
20. René Bértholo
21. José Almeida Pereira
22. Joaquim Bravo
23. Sara & André
24. João Tabarra
25. Miguel Carneiro
26. André Alves
27. Paulo Cintra
28. João Abel Manta
29. Carlos Gil
30. Pedro A. H. Paixão
31. Fábio Colaço
32. Marco Mendes
33. Arlindo Silva
34. João Pedro Vale + Nuno Alexandre Ferreira
35. António Caramelo
36. Julião Sarmento
37. Diogo Evangelista
38. Pedro Letria
39. Ângelo de Sousa
40. Musa paradisiaca
41. Miguel Manso

SALÃO DAS ROSAS

[A] APOIAR

A1 IDOSOS
A2 CRIANÇAS E JOVENS
A3 PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
A4 VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA
A5 VIDA FAMILIAR
A6 PROTEÇÃO DA SAÚDE

[D] EQUILIBRAR

D1 JUSTIÇA FISCAL
D2 DIREITO DE PROPRIEDADE

[E] PROMOVER

E1 CIDADANIA EUROPEIA
E2 SER CIDADÃO

[F] GARANTIR

F1 DIREITOS EM SITUAÇÃO DE PANDEMIA
F2 PARTICIPAÇÃO
F3 RESPONSABILIZAÇÃO DO ESTADO
F4 AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ARTISTAS

1. Nuno Sousa Vieira
2. Paula Rego
3. Álvaro Lapa
4. Carlos Gentil-Homem e Ernesto de Sousa
5. António Areal
6. António Júlio Duarte
7. Pedro Cabrita Reis
8. Augusto Brázio
9. Pedro Pousada
10. Graça Pereira Coutinho
11. Noé Sendas
12. Carla Filipe
13. João Onofre
14. Bárbara Fonte
15. Augusto Brázio
16. Priscila Fernandes
17. Hugo Canoilas
18. Fernando J. Ribeiro
19. Jorge Molder

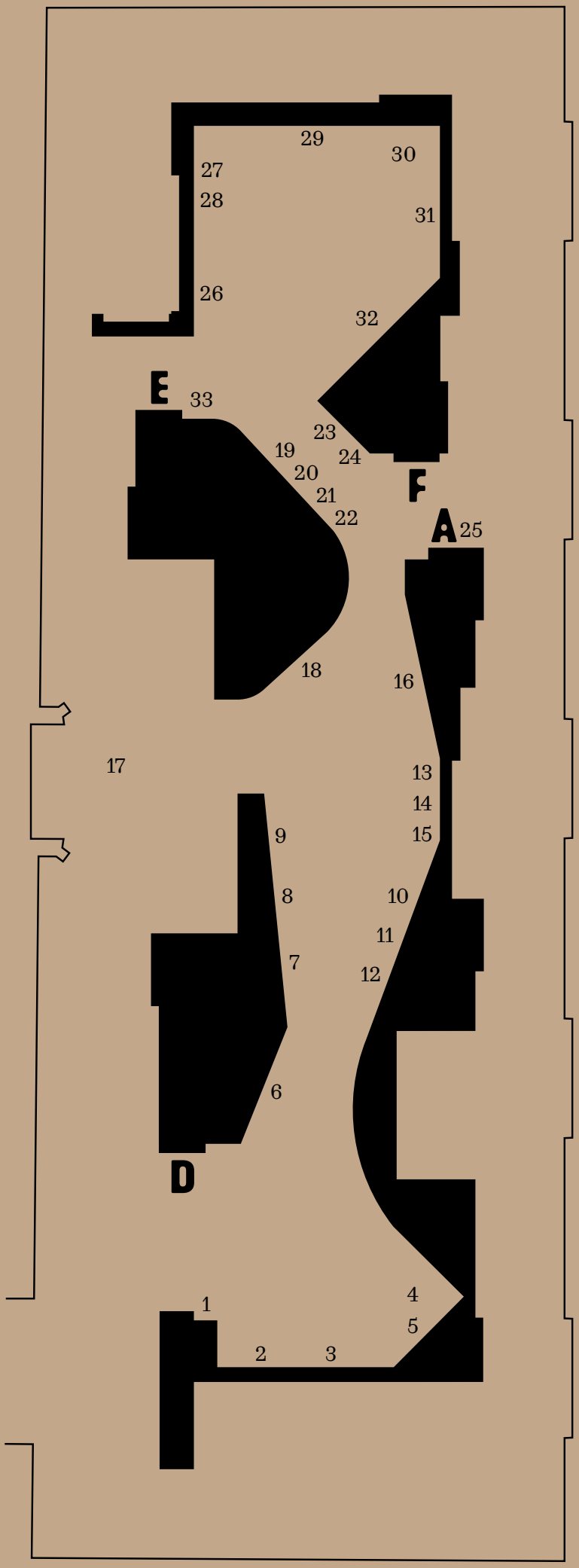
20/21/22. Leonel Moura

23/24. Paulo Catrica

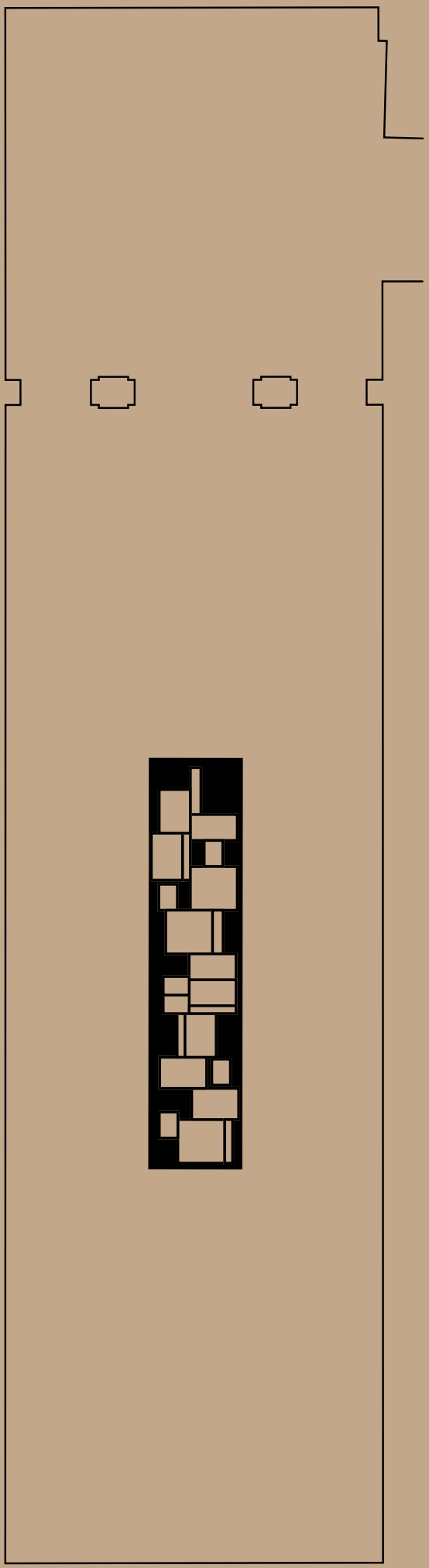
25. Fábio Colaço
26. Isabel Cordovil

27/28. Augusto Brázio

29. Tiago Baptista
30. Mané Pacheco
31. Tito Mouraz
32. Hugo de Almeida Pinho
33. Miguel Carneiro

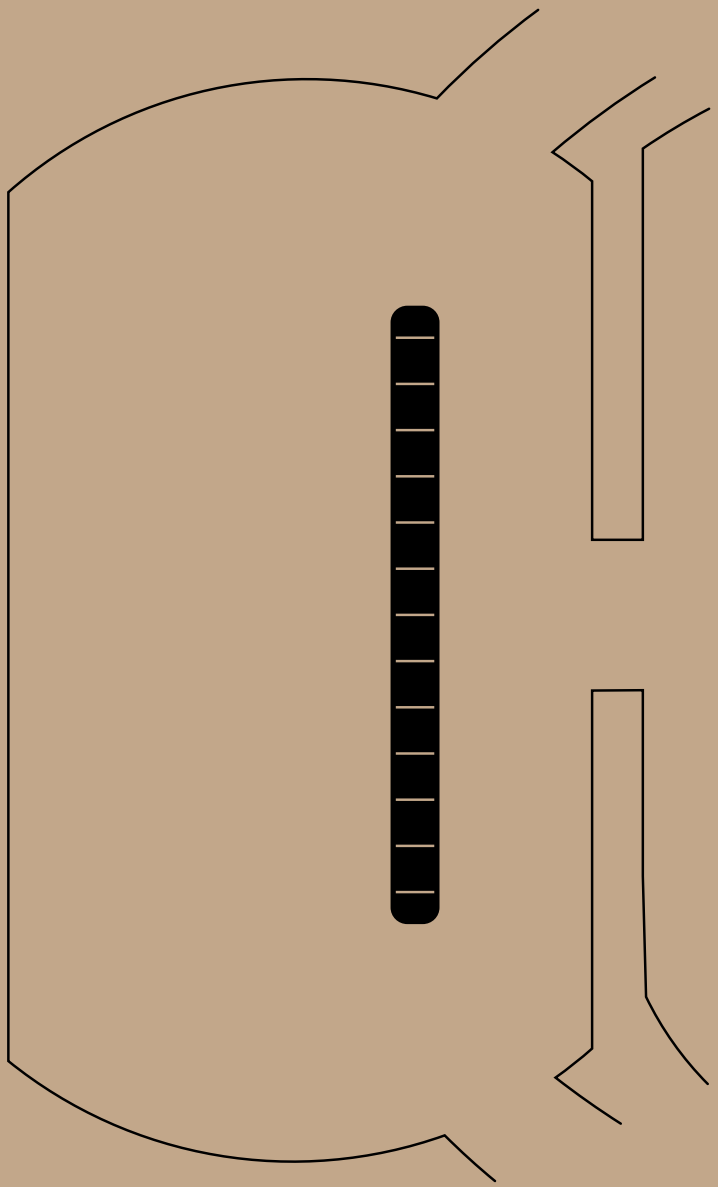


BIBLIOTECA



SALA DOS ATOS

Estante – Arquivo
Memória Processual
da Provedoria de Justiça
[1976-2025]



Website [PT]

Website [EN]

PROVEDOR DE JUSTIÇA
Na defesa dos Cidadãos.

50 ANOS

50anos.provedor-jus.pt

Parcerias Institucionais

REPÚBLICA PORTUGUESA
CULTURA, JUVENTUDE E DESPORTO

MUSEUS E MONUMENTOS DE PORTUGAL

COLEÇÃO DE ARTE CONTEMPORÂNEA DO ESTADO

S. João da Madeira
Câmara Municipal

Centro de Arte Oliva

Fundação Eugénio de Almeida

MUSEU FUNDAÇÃO PORTUGUESA DAS COMUNICAÇÕES

FUNDAÇÃO MÁRIO SOARES MARIA BARROSO

RTP